



UFRRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

Lígia Maria de Oliveira Nonato

**A questão fundiária fluminense no século XX e a retomada da luta pela terra em Nova
Iguaçu na década de 1980**

Nova Iguaçu – RJ

2016



Lígia Maria de Oliveira Nonato

A questão fundiária fluminense no século XX e a retomada da luta pela terra em Nova Iguaçu na década de 1980

Monografia apresentada ao curso de História como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro.
Orientador: Prof. Dr. Alexandre Fortes

Nova Iguaçu – RJ

2016

Resumo

O presente trabalho busca compreender os aspectos principais das problemáticas relacionadas à questão fundiária na Baixada Fluminense no decorrer do século XX. Através da perspectiva da existência de uma dualidade entre o rural e o urbano, característica essa responsável, em certa medida, pelo processo de especulação, com a valorização das terras, levando à ocorrência diversos conflitos a partir segunda metade do século XX, partir daí, novas formas de resistência visando a permanência na terra passam a ser forjadas. Com a ditadura militar, há um abafamento dessas lutas, que são retomadas entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980.

Palavra-chave: Baixada Fluminense; Campo Alegre; questão agrária.



Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Fortes (Orientador).

Instituto Multidisciplinar – DHE – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales

Instituto Multidisciplinar – DHE – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Leonilde Servolo de Medeiros

CPDA – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Agradecimentos

Eis que um ciclo se encerra para que outro possa iniciar. E nada mais justo do que reconhecer a fundamental importância de todos que estiveram presente em minha vida nos últimos cinco anos me auxiliando, direta ou indiretamente, nessa caminhada.

Durante grande parte da minha graduação tive a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de História, à qual agradeço primeiramente ao professor Jean Rodrigues Sales por ter me dado a chance de compartilhar ótimas experiências ao lado dos colegas Daniel, Morgana, Monique, Manoel, Pedro Luiz, Pedro Negrão, Raphaela e as supervisoras Ana e Simone, com os quais aprendi muito sobre a docência.

À professora Leonilde Servolo de Medeiros, agradeço por todo o aprendizado que me proporcionou, por me ajudar com seus valiosos conselhos e, mais ainda, por ter fomentado o meu reencontro com a história da minha família através da pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Assim, estendo meus agradecimentos à toda a equipe, em especial à Natasha, grande amiga que fiz nessa jornada.

Agradeço também ao amigo Antônio Lacerda por ter aberto para mim as portas do Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, e por ter compartilhado comigo um pouco do seu conhecimento em nossas agradáveis conversas.

No decorrer dos últimos anos também fiz muitos amigos incríveis, mas dois deles não poderiam deixar de constar aqui, pois foram também indiretamente essenciais na elaboração desta monografia. Ao Caio Brasil, minha eterna gratidão, pela sua amizade e carinho que sempre se fizeram evidentes e, principalmente, por me ensinar o que é ser leal aos nossos próprios ideais. Da mesma forma, agradeço a Geiza de Araújo, amiga de todas as horas que ouviu silenciosamente minhas lamúrias e indignações.

Reconheço que nada disso seria possível sem ter em primeiro lugar o apoio da minha família, sempre muito presente em minha vida. Por isso, agradeço a Rosália Walkiria, minha mãe, que através da sua militância me inspira a lutar por um mundo mais justo, menos desigual e assim me ensina a ser um ser humano melhor. Ao Antonio Alves, sou grata por sempre ter me encorajado e acreditado em mim mesmo quando nem eu mesma acreditava. E a Maria Eduarda, por fazer meus dias mais alegres, sempre demonstrando seu amor.



Ao Davi, meu melhor amigo, companheiro de todas as horas, minha eterna gratidão pela sua imensa paciência, por compreender tão bem minhas ausências.

Não posso terminar estes agradecimentos sem lembrar da pessoa mais importante, Diusa da Silva, minha avó, à quem dedico todas as minhas conquistas e todo o meu amor. Com certeza ela ficaria muito feliz em ver a pessoa que me tornei.

Sumário

Introdução	1
Capítulo I: Aspecto socioespacial da Baixada Fluminense e seus reflexos na luta pela terra.....	4
1.1 Características que definem a Baixada Fluminense	4
1.2 Origens da ocupação das terras da Baixada Fluminense	5
Capítulo II: A questão agrária e a luta pela terra na Baixada Fluminense durante a ditadura militar no Brasil	15
2.1 A questão agrária e a luta pela terra na Baixada Fluminense no pré-1964	15
2.2 Impactos do golpe militar na Baixada Fluminense	20
Capítulo III: A retomada da luta pela terra na década de 1980	26
3.1 Reforma agrária e reintensificação dos conflitos fundiários	26
3.2 Assentamento Campo Alegre	28
3.2.1 Desapropriação e consolidação do assentamento Campo Alegre	31
Conclusão	36
Bibliografia	38
Entrevistas	40
Fontes	41

Introdução

Na perspectiva dos debates mais atuais sobre questão agrária e, principalmente, sobre a reforma agrária, se faz muito presente um reconhecimento social da condição camponesa como forma legítima de se apoderar de recursos produtivos, sobretudo, a terra. É desse modo que a ocupação da terra se constitui como forma de luta e resistência para o acesso e permanência na terra.

Ao participar da pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*¹, tive acesso ao conhecimento acerca da situação fundiária na Baixada Fluminense e dos conflitos dela decorrente, mas, principalmente, sobre o caráter simbólico e precursor de uma das maiores ocupações que ocorreu no Rio de Janeiro, em solo fluminense, na década de 1980: a ocupação da área conhecida como Campo Alegre, assim como os agentes sociais que atuaram naquela localidade e suas trajetórias de vida. Foi quando passei a ter interesse em me aprofundar na temática.

De um modo geral, é predominante na historiografia a opção por tratar os processos históricos de forma linear e evolutiva. O que impressiona é que apenas os principais protagonistas de cada época histórica são exaltados, enquanto os demais agentes sociais são vistos apenas como um resíduo. O campesinato foi constantemente visto dessa forma dentro da historiografia tradicional.

Em *Costumes em Comum*, E. P. Thompson, explicitou sua predileção pela investigação da vida cotidiana e dos fatos vivenciados por aqueles que compõem as classes populares e pelos estratos mais marginalizados das sociedades ocidentais, durante o século XVIII. Isso equivale, de forma incisiva, a um desejo de dar voz aos atores sociais aos quais a história tradicional não privilegia. É através desse tipo de investigação histórica que emerge a possibilidade de ampliação de conhecimento sobre o passado, e reflexões mais contundentes sobre o presente e o futuro.

Este trabalho monográfico consiste numa reflexão não só acerca da questão fundiária na Baixada Fluminense durante o século XX, mas também sobre a repressão e os conflitos no campo durante a ditadura militar, os impactos e dimensões sociais na dinâmica de ocupação de terra e organização de assentamentos na Baixada Fluminense na década de 1980. Mas,

¹ Pesquisa contemplada em edital da FAPERJ, coordenada pela professora Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ). As pesquisas do edital produzem subsídios para a Comissão Estadual da Verdade (CEV/Rio). 2014

sobretudo, constitui uma reflexão sobre a experiência camponesa nessa região, mesclando em sua composição nuances do rural e do urbano, num contexto de inúmeras transformações socioeconômicas. Os principais atores sociais nessa narrativa são posseiros e trabalhadores rurais na luta pelo acesso à terra, se contrapondo a grandes proprietários, grileiros e, principalmente, à existência do latifúndio e a especulação.

O primeiro capítulo faz uma discussão teórica acerca da dicotomia entre o rural e o urbano presente na Baixada Fluminense e a influência que esta relação dúbia exerce sobre as áreas assentadas na região; defende o caráter duplo das ocupações, que objetivavam tanto áreas para fins de produção agrícola como também como forma de obter moradia. É nesse ponto que se notam as particularidades da Baixada em relação à sua configuração entre o urbano e o rural. A partir da última metade do século XX a região ganhou algumas características de área urbanizada, sem, entretanto, perder completamente o seu caráter rural. Além disso, procuro discutir o caráter simbólico das ocupações, considerando-as um importante instrumento na luta pela terra.

Entre 1950 e o início da década de 1960, houve uma unificação das mais diversas formas de conflitos existentes no meio rural brasileiro, que se deu através da elaboração e disseminação ideias que buscavam reunir essas lutas em torno de um único projeto capaz de transformar a realidade do campo brasileiro. Para que isso fosse possível, a partir do final da década de 1940, a mediação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi um mecanismo central, se fazendo presente nas áreas de conflito, atuando através de apoio político e jurídico aos trabalhadores – contudo, isso se diluiu após o golpe –, assim como a presença de determinados setores da Igreja Católica apoiando as lutas no campo brasileiro – no caso da Baixada Fluminense isso ocorre a partir do final da década de 1960. Ao se aproximarem das lutas desses trabalhadores, desempenharam um papel fundamental na consolidação da ideia de que os trabalhadores deveriam se organizar e reivindicarem seus direitos e suas demandas. Essa mediação proporcionou não só a visibilidade dos conflitos no campo, mas também a construção de uma identidade política do campesinato brasileiro. É nesse sentido que a demanda pela reforma agrária passa a se constituir como principal bandeira política na luta pelo acesso à terra.

Esse novo contexto trouxe à tona também o debate sobre “desenvolvimento”. Enquanto, de um lado, o desenvolvimento era visto como um meio de expansão do capitalismo no campo, de outro, era tido como algo que propiciava condições para a

concretização de revolução socialista. E é basicamente dessas questões e dos acontecimentos que se sucedem a partir do golpe militar de 1964, direcionando-as para o cenário da Baixada Fluminense, que o segundo capítulo trata.

No terceiro capítulo é abordado o caráter efervescente da década de 1980 em se tratando do surgimento de diversas ocupações de terra no estado do Rio de Janeiro e, em especial, na Baixada Fluminense, com a retomada do debate sobre Reforma Agrária. Este capítulo busca ressaltar a importância das ocupações de áreas reincidentes e também de novas áreas, principalmente no município de Nova Iguaçu, se atendo aos casos de Nova Aurora e Parque Estoril e ao papel fundamental que desempenharam na ocupação de Campo Alegre, considerada precursora em diversos sentidos. Discute as recorrentes violações de direitos sofridas pelos demandantes de terra, exercidas sob as mais diversas formas de violência bem como o caráter simbólico das ocupações, considerando-as um importante instrumento na luta pela terra.

CAPÍTULO I

Aspecto socioespacial da Baixada Fluminense e seus reflexos na luta pela terra

Neste capítulo faremos uma abordagem das mais diversas caracterizações e definições dadas à área conhecida como Baixada Fluminense, delimitando seu território e compreendendo seus principais aspectos no que tange às esferas política, econômica e social. Discutiremos a origem das terras do que aqui se entende como Baixada, como também a questão da propriedade das terras e a eclosão dos conflitos pela posse dessas terras.

1.1 Características que definem a Baixada Fluminense

Ao falar da Baixada Fluminense é necessário, antes de tudo, caracterizar esta região e seus limites geográficos, embora estes aspectos não sejam conceituados e delimitados de forma muito precisa. Em meio a uma diversificação de caracterizações da região e delimitação das suas fronteiras que os estudos já realizados abrangem, José Cláudio Souza Alves (2003) revela o problema dos limites da região e de interpretação da Baixada Fluminense e do que a caracteriza.

Essa ampla diversidade de interpretações, por sua vez, parte, também, do interesse das instituições de ensino superior em desenvolver pesquisas relacionadas às temáticas que englobam de algum modo a Baixada, nas mais diversas áreas de conhecimento e do trabalho. Inicialmente, predominou a produção das Ciências Sociais que promoveram um conjunto diversificado de interpretações, como as de Alves (2003), Simões (2006) e Grynszpan (1987). Posteriormente, destacam-se os trabalhos de geógrafos - estes com trabalhos mais voltados para a delimitação de fronteiras - e historiadores sobre a região, levando à produção de uma enorme quantidade de teses e dissertações sobre os mais variados temas relacionados à Baixada Fluminense, a partir da década de oitenta.

No campo geográfico, as fronteiras da região se encurtam ou se ampliam de acordo com o objetivo da análise a ser feita. Assim, seu limite geográfico, nos parâmetros de uma determinada perspectiva corresponde à região de planícies que se estendem entre o litoral e a Serra do Mar, indo do município de Campos, no extremo norte, até o de Itaguaí. Outra delimitação geográfica também recorrente é o de Baixada indo de Cachoeira de Macacu a

Itaguaí (ALVES, 2003). Utilizando critérios como o grau de urbanização e a densidade populacional, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) caracteriza a área referente à Baixada Fluminense como sendo composta pelos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados e Japeri.

Contudo, Grynszpan (2008) utiliza o termo Baixada compreendendo-a enquanto “áreas das cercanias do Rio de Janeiro, em sua diversidade, terminaram por conformar uma certa unidade” (GRYNSZPAN, 1987, p. 21), sendo essas áreas correspondentes aos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaguaí e Cachoeira de Macacu. Assim, o termo Baixada, na qual foi mantida uma definição baseada em critérios fisiográficos, toma um sentido diferente da nomenclatura Baixada Fluminense.

Em meio a esta construção de fronteiras não muito precisas que foram sendo estabelecidas ao longo das décadas, o aspecto geográfico acaba se relacionando diretamente com o político e com o social, causando alguns impactos, como José Cláudio Souza Alves destaca:

A introdução do elemento social ou político na análise produz mais um fator de definição de fronteiras: no caso, por exemplo, do estudo dos movimentos camponeses na baixada, o recorte se dará tendo em vista os conflitos que ocorriam nas áreas rurais. (ALVES, 2003, p. 15).

De acordo Manoel Ricardo Simões (2006), a Baixada Fluminense foi palco de profundas transformações nos campos sociais, econômicos espaciais no decorrer dos anos. Segundo Simões:

A dinâmica econômica que cria e destrói formas, funções, classes e relações sociais e modifica fluxos, também é responsável, dialeticamente, pelas transformações políticas, culturais, ideológicas e jurídicas e, consequentemente, espaciais. (SIMÕES, 2006, p. 01).

Assim, o termo Baixada Fluminense se modifica e assume diferentes significados, bem como o território pertencente a ela, ou seja, a mudança de compreensão da sua fronteira é o que transforma a interpretação dos estudiosos sobre este território. Aspectos políticos, econômicos e sociais se tornam importantes para a sua definição. Além disso, as transformações ocorridas ao longo da história Baixada Fluminense em diversos setores são grandes responsáveis pelas mudanças de fronteiras e de compreensão da região.

1.2 Origens da ocupação das terras da Baixada Fluminense

Simões (2006) afirma que a ocupação da área referente à Baixada estabelece relação direta com a fundação da cidade do Rio de Janeiro que, por sua vez, propiciou a ocupação permanente ao redor da Baía de Guanabara. Assim, esse território foi conquistado de seus ocupantes iniciais, os indígenas, que tinham suas terras disputadas por franceses e portugueses.

Os primeiros assentamentos coloniais na região da Baixada Fluminense se instalaram às margens dos grandes rios. Segundo Simões (2006), esta lógica de ocupação adotada nos séculos XVI e XVII foi baseado na doação de sesmarias, que contribuía para a formação de grandes latifúndios.

É a partir do sistema das sesmarias que foram surgindo fazendas que se dedicavam ao plantio e cultivo da cana-de-açúcar com a presença de engenhos para o fabrico do açúcar e aguardente, atividade econômica predominante. Além da monocultura da cana, desenvolvia-se em menor escala o plantio de arroz, feijão, milho, mandioca, legumes entre outros e praticava-se o extrativismo de madeira retirada das matas para ser transformada em lenha, que servia para os novos engenhos a vapor, levando ao surgimento de pequenas atividades de comércio, cortadores de lenha, carvoeiros e homens de serviços em geral. Para a realização das atividades agrícolas foi utilizada a mão-de-obra escrava negra, como destaca Simões (2006). Tanto os gêneros de primeira necessidade quanto a lenha produzida destinavam-se às próprias fazendas como também abasteciam o mercado consumidor do Rio de Janeiro.

Durante o ciclo do açúcar, as vias fluviais da Baixada Fluminense não geraram aglomerados populacionais, contribuindo apenas para dar mais importância à cidade do Rio de Janeiro. Simões (2006) explica que as atividades econômicas não eram agregadoras de população. Esse papel ficava a cargo da atividade religiosa, sob o comando do projeto de difusão da fé católica. A partir daí, começaram a surgir, ainda no século XVI as primeiras capelas onde se reuniam os fiéis dispersos nas fazendas e engenhos. Geiger atenta que “no que diz respeito ao açúcar, o que houve foi uma concentração capitalista e respectiva redistribuição geográfica da ocupação, o que explica o abandono de certas áreas” (GEIGER, 1954, p. 08).

De acordo com Geiger, “a ocupação da Baixada Fluminense data do primeiro século da colonização portuguesa no Brasil. Esta região se integrou ao Mundo Português na fase inicial do desenvolvimento açucareiro na franja costeira atlântica” (GEIGER, 1954, p. 03).

Com transferência da corte para a até então colônia, em 1808, muitos moradores passaram a ser expulsos de suas casas, através das aposentadorias (uma espécie de concessão de aposentos para moradia dos membros da corte), requerimentos feitos pela Corte, a fim de que os portugueses recém-chegados tivessem onde morar. O governo joanino concedeu incentivos fiscais para a construção de novas moradias e houve uma relevante especulação imobiliária. Os portos foram abertos às nações amigas, acabando assim com o exclusivo colonial, e foram instaurados no Rio de Janeiro os aparatos administrativos portugueses.

Após a abertura dos portos, pela primeira vez o Brasil pôde manter contatos comerciais diretos e regulares com o exterior, sem a intermediação de Portugal. O Rio de Janeiro transformou-se, então, no principal foco de escoamento dos produtos da colônia. Alteraram-se ainda, profundamente, os hábitos de consumo no Brasil, principalmente do Rio de Janeiro, com a chegada de grande quantidade de mercadorias, sobretudo de origem inglesa. De acordo com Simões:

Embora tivesse havido um pequeno surto de industrialização com a chegada da família real e sua corte em 1808, em virtude do aumento do número de consumidores potenciais e da liberação da criação de manufaturas, até então, proibidas, a industrialização do Rio de Janeiro está ligada a economia cafeeira no que tange a seu impulso e no que diz respeito aos entraves a esta. (SIMÕES, 2006, p. 70).

Logo, a passagem do século XVIII para o XIX reservou para o país mudanças significativas e a Baixada Fluminense dentro deste cenário foi atingida por alguns fatos decisivos para a sua vida econômica, tais como o Ciclo do Café, surgimento das primeiras vias férreas e a substituição da mão-de-obra escrava por trabalhadores livres.

Em fins do século XVIII, apareceram as primeiras plantações de café no Estado do Rio de Janeiro e que logo se espalharam pelo vale do Paraíba atingindo também Minas Gerais e São Paulo. O café começava a substituir o açúcar e se tornava, a partir de então, o principal produto agrícola nacional. Na Baixada o café não chegou a substituir a cana, sendo seu cultivo pouco expressivo na área, cujas terras apresentavam-se cansadas do plantio da cana. Assim, de acordo com Simões (2011), a economia cafeeira teve vida curta na Baixada Fluminense, “em geral o café não se adaptou ao clima quente e úmido e aos solos alagados das partes baixas, sendo no período, muito mais uma tentativa de sair da falência da cultura da cana do que uma opção econômica viável” (SIMÕES, 2011, p. 91), exceto por algumas raras exceções, como foi o caso do povoado de Santana das Palmeiras localizada no alto do Maciço do Tinguá, onde encontravam-se dezenas de fazendeiros de café.

A monocultura cafeeira resultou, para a Baixada Fluminense, no surgimento e aglomerações populacionais fixadas no ponto de encontro entre as vias de circulação aquática e terrestre; houve a intensificação e abertura de novas estradas vinculadas com aquelas oriundas no período do Ciclo do Ouro; aparelhamento para armazenagem e transporte regular de mercadorias volumosas; grande fluxo de pessoas; proliferação de vários portos fluviais ao longo dos rios que desaguam na Baía de Guanabara e, conseqüentemente, a elevação de determinadas localidades à categoria de vilas.

Somente quando a crescente produção cafeeira do planalto teve a necessidade de encurtar e facilitar o percurso é que a via fluvial foi adotada com regularidade na Baixada, interligando-se com novas estradas de terra ou variantes antigas. Nos pontos de encontros de domínios de circulação fluvial-terrestre, surgiram os primeiros aglomerados populacionais na Baixada Fluminense.

Com o início do ciclo do café no vale do Paraíba fluminense, na virada do século XVIII para o XIX, a Baixada se consolidará ainda mais como uma área de passagem. O crescimento da produção cafeeira trará uma sobrevida aos velhos caminhos, que foram drenados, retificados e até mesmo pavimentados, e ao transporte fluvial para essa região. Com a necessidade de maior fluidez e rapidez para o escoamento da produção do café foi construída, entre 1811 e 1822, a Estrada Real do comércio, cujo percurso se iniciava em Ouro Preto (Minas Gerais), passava pelo Vale do Paraíba chegando até o Porto do Iguaçu. Dentro desse contexto histórico-econômico e devido às ótimas condições para criação de um entreposto comercial, foi necessário a criação de um município.

Entre as décadas de 1920 e 1940, a Baixada se torna uma das principais regiões fruticultoras do país, através da citricultura, visando a substituição das culturas tradicionais. Segundo Geiger “a situação das grandes propriedades deixadas ao abandono pelos donos radicados na cidade contrasta com o rejuvenescimento agrícola das áreas onde estes comerciantes ou os antigos fazendeiros introduziam a fruticultura” (GEIGER, 1954, p. 10).

Assim, o desenvolvimento da citricultura foi pondo fim à produção de outros tipos de culturas de gêneros alimentícios, tais como o feijão, o milho e a mandioca. Geiger ressalta que “as frutas possuíam este poder de expansão porque encontravam escoamento no mercado estrangeiro” (GEIGER, 1954, p. 10).

Geiger (1954) diz ainda que a agricultura não será capaz de acompanhar o desenvolvimento industrial acelerado no decorrer do século XX, e que “industrialização,

urbanização e modernização de transportes estão muito ligados e a sua evolução se caracteriza pela tendência à concentração, mais nitidamente do que na agricultura” (GEIGER, 1954, p. 13), chamando atenção para o processo de urbanização da área correspondente à Baixada Fluminense, e o conseqüente loteamento – este como atividade mais lucrativa nas áreas mais rurais da Baixada Fluminense.

Considerando este contexto da história da Baixada Fluminense, Simões atenta que:

Os processos de ocupação e urbanização da Baixada Fluminense devem ser entendidos como manifestações locais e particulares de processos mais amplos que vão da inscrição material no espaço das relações sociais e econômicas do capitalismo em geral e no seu modelo brasileiro, até a inserção desta região no processo de metropolização do Rio de Janeiro. (SIMÕES, 2006, p, 5-6).

Entretanto, segundo Heloisa Menezes (1991), a ocupação e o processo de urbanização da Baixada Fluminense tem relação direta com o crescimento da cidade do Rio de Janeiro, se desenvolvendo de acordo com as necessidades da então metrópole. E é essa relação que faz com que a Baixada assuma desde cedo um perfil mais urbano. Assim, a autora destaca que "a urbanização acelerada da região não se deu de maneira uniforme, mas complexa, irregular e espacialmente descontínua" (MENEZES, 1991, p. 70).

De acordo com Grynszpan (1987) e Pedroza (2010), entre o final do século XIX e início do século XX, mais precisamente entre as décadas de 1920 e 1950, a *plantation* abandona a região da Baixada Fluminense e as antigas fazendas foram loteadas ou tiveram seu entorno apossado por famílias de lavradores pobres atraídos pelos empregos na produção de laranja em Nova Iguaçu, ou mesmo por haver a possibilidade de se estabelecerem no posseiros ou parceiros no cultivo de frutas, gêneros alimentícios ou fabrico de carvão, passando a ser vista como área abandonada e decadente.

De acordo com Grynszpan (1987), as noções de decadência e abandono atreladas à Baixada Fluminense devem ser usadas com muita cautela, não se esgotando em si mesma, na medida em que, no caso específico da Baixada, tais noções pressupõem um momento anterior de grande prosperidade, marcada pela predominância do latifúndio e do cultivo da cana. O que é caracterizado como decadência não significa o fim completo da produção agrícola na região, mas o abandono e desinteresse dos grandes proprietários em cultivar essas terras. Logo, Pedroza afirma que:

Para outro grupo social, esse ‘abandono’ abriu novas possibilidades de trabalho autônomo, já que o desinteresse dos grandes produtores e proprietários permitia que pequenos agricultores sem posses (arrendatários,

parceiros e posseiros) pudessem mais facilmente viver e trabalhar naquelas terras. (PEDROZA, 2010, p. 106).

Em 1938, essa situação começou a mudar com o início das obras de drenagem e saneamento do governo federal, que acabaram sendo realizadas nos municípios da Baixada mais próximos à cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Grynszpan (1987), “essas obras faziam parte de um plano maior que tencionava melhorar a salubridade da região e fomentar a colonização” (PEDROZA, 2010, p. 107).

O plano integrado de obras e de colonização buscava dar conta de dois problemas principais, para os quais o saneamento não era o suficiente, sendo o primeiro, o abandono da agricultura, e o segundo, a apropriação de terras públicas na região.

É importante ressaltar que o projeto de colonização no Brasil visava, além disso, a construção da nacionalidade –baseada nos ideais estadonovistas –, expansão do Brasil dentro de suas próprias fronteiras, de conquista do interior do país e de ocupação e recuperação de seus espaços vazios, deslocamento da fronteira agrícola, redução de tensões nas áreas mais tradicionais e mais densamente povoadas, além da manutenção das estruturas de dominação de poder.

Ao longo dos anos 1930 e 1940 foram criados sete núcleos coloniais na Baixada Fluminense. A ideia era formar um cinturão verde em torno da cidade do Rio de Janeiro, que suprisse em termos de abastecimento de produtos agrícolas demandados. Além disso, as crises de abastecimento que assolaram o Rio de Janeiro, durante e logo após a Segunda Guerra Mundial, foram grandes incentivadoras para a criação dos núcleos coloniais.

É neste contexto que Grynszpan atenta que “na verdade, é que a Baixada que, em tempos de crise, tem sido indicada, inclusive como concurso das elites agrárias do estado, como área privilegiada para a experimentação de medidas alternativas” (GRYNSZPAN, 1987, p.47). Assim, a imigração e a colonização obtiveram apoio de alguns setores da elite fluminense, além como a diversificação da produção agrícola como uma solução possível para resolver a crise econômica que assolava o estado, com o declínio do café e da escravidão no final do século XIX.

Contudo, os objetivos inicialmente propostos pelo plano de obras e de colonização da Baixada não foram plenamente alcançados, na medida em que:

Os investimentos estatais não representaram um incentivo à produção agrícola na Baixada. A valorização por eles gerada alimentou a especulação e provocou intensas disputas de terras na região, não apenas entre lavradores

e grileiros, mas também entre grileiros e grileiros, e até grileiros e legítimos proprietários. Os próprios Governo Federal e Estadual se viram envolvidos em disputas com pessoas que se teriam apropriado de terras consideradas públicas. (GRYNSZPAN, 1987, p. 51).

Assim, ao mesmo tempo em que aumentavam a especulação e as disputas por terra, avançavam também as áreas de cultivo, impulsionadas pela ação em larga escala dos pequenos lavradores.

Outro fator que serve como divisor de águas na história da região desde o século XIX é a construção e expansão do sistema de transportes, com a chegada da ferrovia, primeiro à Belém (Japeri), Maxambomba (Nova Iguaçu) e Benedito Ottoni (Queimados), e mais adiante em outras localidades como Engenheiro Neiva (Nilópolis), Jaceaba (Comendador Soares), Mutambó (Mesquita), Austin e Caramujo (Engenheiro Pedreira) – estas ainda no século XIX –, e as estações de Edson Passos, Olinda e Presidente Juscelino – já no século XX, de acordo com Simões (2011). Se num primeiro momento, os primeiros aglomerados populacionais na Baixada Fluminense se desenvolveram ao redor dos rios, num segundo momento a concentração populacional se dará às margens da ferrovia. A construção da ferrovia influenciou a organização econômica e social da região; serviu aos interesses de poucos, em particular das elites agrárias, pois a maioria dos fazendeiros locais era representada por produtores de açúcar ou produtores de gêneros para revenda na capital.

É dentro deste contexto que ocorrem mudanças significativas no município de Nova Iguaçu. Pois, a partir de então, além de o crescimento e desenvolvimento da Baixada estar atrelado à região metropolitana, passa a estar ligado também à expansão ferroviária no estado, como mostra Heloisa Menezes:

As particularidades de seu desenvolvimento ligam-se de forma espetacular às questões relacionadas à circulação. Suas funções, seu passado urbano, e seu movimento de integração à metrópole pela ampliação do espaço urbano estão diretamente subordinados às vias de circulação, com destaque especial para a ferrovia. (MENEZES, 1991, p. 71).

De acordo com Alves (2003), com as reformas urbanas ocorridas ao longo das primeiras décadas do século XX na cidade do Rio de Janeiro, a população mais pobre, que até então residia em cortiços e "cabeças-de-porco" se viam sendo expulsas da cidade e acabavam migrando para áreas mais periféricas tais como a Baixada Fluminense. Além disso, a construção da ferrovia fez com que o contingente populacional se estabelecesse prioritariamente em seu entorno.

Contudo, Menezes (1991) ressalta também que as rodovias não tiveram um papel tão importante quanto as ferrovias na expansão do espaço urbano "isto por que ela provocou acentuada valorização das áreas às suas margens e a conseqüente especulação, possibilitando o loteamento e venda de lotes para moradia a preços acessíveis" (MENEZES, 1991, p. 75).

Menezes (1991) afirma que, em relação às condições de salubridade nas áreas próximas à rodovia, o saneamento levado pelo Estado objetivando promover uma colonização com fins agrícolas produziu um efeito diferente do desejado, na medida em que serviu para estimular a urbanização, a especulação imobiliária e uma mudança na função produtiva da região.

De acordo com Menezes (1991), a ideia de crise agrícola deve ser relativizada, na medida em que:

Se houve crise nas culturas tradicionais de exportação e se as áreas por elas antes ocupadas foram abandonadas e utilizadas posteriormente para especulação e ocupação humana, a generalização da decadência não seria correta. (MENEZES, 1991, p.79)

Várias áreas foram abandonadas pelos proprietários e acabaram sendo ocupadas por muitos posseiros, muitos deles ex-trabalhadores das fazendas de café ou de cana-de-açúcar que quiseram permanecer na terra mesmo após estas serem abandonadas, trabalhadores que foram expulsos de outras fazendas migraram para as áreas abandonadas ou vindos de outros estados em busca de trabalho e melhores condições de vida.

De acordo com Grynspan (1987), entre as décadas de quarenta e sessenta houve um aumento das áreas dedicadas à lavoura. Portanto, nota-se que a decadência não significou completa paralisação das atividades produtivas. O que de fato aconteceu foi uma queda brusca de culturas de exportação, mas não de lavouras.

A fase de maior prosperidade agrícola da região que abrange Nova Iguaçu e suas redondezas foi o período que corresponde à primeira década do século XX até o pós-guerra "caracterizado pelo ciclo da laranja, e que levou Nova Iguaçu a ser o maior produtor nacional da fruta" (MENEZES, 1991, p. 80). De acordo com Menezes:

O sucesso da fruticultura e as relações de trabalho que ela impunha, com predominância de assalariados e meeiros, promoveu o afluxo da população para a zona Rural e vertiginoso aumento da população rural. (MENEZES, 1991, p. 81).

Segundo Menezes (1991), a crise da laranja foi “determinada pela queda da demanda e dos preços internacionais do produto” (MENEZES, 1991, p. 82), no pós Segunda Guerra Mundial, e acabou por fortalecer o projeto de urbanização. Assim, a urbanização da região acelerou “a transformação da paisagem do campo em paisagem urbana, pela ampliação da área urbana” (MENEZES, 1991, p. 82). Assim, a estação ferroviária deixou de ser um escoadouro de laranja para passar a ser um escoadouro de população. Dentro desta perspectiva, a autora destaca que “o saneamento e a constituição das colônias agrícolas são fenômenos intimamente ligados às imposições da urbanização e da industrialização e ao papel que a Baixada deveria cumprir no crescimento da metrópole” (MENEZES, 1991, p. 84).

Menezes (1991) afirma ainda que “o aproveitamento produtivo com fins agrícolas foi sacrificado em prol dos loteamentos urbanos e da especulação” (MENEZES, 1991, p. 91). Grynszpan (1987) e Alentejano (1996) atentam para o fato de que os investimentos estatais também acabaram fomentando a especulação voltada para o loteamento urbano e os conflitos com os grandes proprietários, em vez de incentivar a produção agrícola. Grynszpan (1987) destaca também que a Baixada Fluminense e seus arredores se configuraram como áreas que tiveram uma intensificação significativa dos conflitos sociais entre o final da década de 1940 e 1950. Segundo o autor, os conflitos em grande parte foram motivados pelos despejos de lavradores das áreas que eles ocupavam.

Ainda de acordo com Grynszpan (1987), no final do século XIX, a região da Baixada teria passado a ser vista como área abandonada e decadente em decorrência da decadência da lavoura cafeeira e da produção agrícola que até então era mais valorizada no norte do estado e no Vale do Paraíba. A partir daí o desinteresse dos herdeiros dos barões do café pela terra, que já estavam insalubres e alagadas por conta do abandono, impondo muitas dificuldades à atividade agrícola e aos seus lucros, deu espaço na região para que as antigas fazendas fossem então loteadas e tivessem seus arredores ocupados por lavradores pobres juntamente com suas famílias.

É nesse ponto que se notam as particularidades da Baixada em relação à sua configuração entre o urbano e o rural. A partir desse momento a região ganha algumas características de área urbanizada, sem, entretanto, perder o seu caráter rural. Assim, “a região da Baixada Fluminense tem sido contestada como um bom ponto de partida para circunscrever os conflitos sociais lá ocorridos” (PEDROZA, 2012, p. 04). Medeiros (1989)

destaca que novas necessidades se impuseram a partir da intensificação do processo de urbanização, constituindo novos grupos sociais e novos interesses.

A partir dos anos cinquenta os pontos centrais da luta pela terra na Baixada Fluminense passam a ser a valorização das terras e o aparecimento de grileiros. O fator responsável por estimular a valorização dessas terras foi o seu abandono, levando à ocupação delas por posseiros ou entrega à arrendatários. A literatura tende a afirmar que há uma crescente urbanização, ou seja, as terras rurais foram transformadas em loteamento, o que teria provocado a valorização e, conseqüentemente, favorecido a especulação.

Já na década de sessenta, em contraposição ao projeto de colonização do Estado, surgem as invasões de terra. A partir daí a ideia de reforma agrária passa a ter mais visibilidade, se tornando uma pauta política.

Para Alves (2003)

Ao longo das décadas que vão de 1930 até o golpe militar de 1964, a Baixada Fluminense transformou-se na grande periferia urbana reincorporada pela cidade do Rio de Janeiro. A explosão populacional, a febre loteadora, os conflitos por terra, o fluxo pendular dos trabalhadores em relação à cidade carioca, o crescimento do comércio e da indústria, o desmembramento e a formação de novos municípios, os movimentos de resistência dos camponeses frente aos despejos, a reconfiguração do campo político local e a exploração da revolta popular, são características dessa nova realidade que emergia. (ALVES, 2003, p. 98-99).

De acordo com Simões, “o processo de desenvolvimento econômico e adensamento populacional irá criar novos núcleos urbanos que, com o tempo, conseguem suas emancipações” (SIMÕES, 2006, p. 141), principalmente aqueles que eram, até então, distritos de Nova Iguaçu. Assim, em 1943, Merity se emancipa em meio ao ambiente político conturbado do Estado Novo, a partir do Decreto Lei 1055, do então interventor estadual Amaral Peixoto, passando a se chamar Duque de Caxias. Em 1947, são criados os municípios de São João de Miriti (antigo distrito da Vila Merity) e Nilópolis, através de um projeto lei do deputado estadual Lucas de Andrade Figueira, dentro das disposições transitórias da Constituição estadual do mesmo ano. Contudo, entre os anos de 1947 e 1964, houve tentativas de emancipação de outras áreas até então pertencentes à Nova Iguaçu, que não tiveram êxito neste processo, tais como, Mesquita (1957), Queimados, (1958) e Belford Roxo (1962).

No final da década de 1970, a Baixada Fluminense, próxima aos subúrbios, será elevada à categoria de região metropolitana, mas relativizada enquanto uma espécie de

periferia da periferia do Rio de Janeiro, se configurando como um refúgio para migrantes oriundos do interior do Estado (ALVES, 2003).

CAPÍTULO II

A questão agrária e a luta pela terra na Baixada Fluminense durante a ditadura militar no Brasil

Este capítulo pretende estabelecer um panorama geral do cenário político e social do Brasil no período que antecede o golpe militar de 1964, como também da conjuntura do país ao longo do regime militar. Além disso, busca analisar a situação do campesinato neste momento, incluindo suas demandas – como a luta pela terra, dentro do surgimento da pauta de uma reforma agrária, defendida principalmente por setores da esquerda -, bem como conflitos e violações de direitos, tais como os despejos. E conseqüentemente o alinhamento de uma parcela do campesinato com setores da esquerda brasileira, que culminou em perseguições e inúmeras violações de direitos de líderes camponeses durante o período referente à ditadura militar.

2.1 A questão agrária e a luta pela terra na Baixada Fluminense no pré-1964

De acordo com João Pedro Stedile (2012), há uma grande mobilização do campesinato a partir de 1945, período que marca o retorno à democracia após os anos da ditadura comandada por Getúlio Vargas. Entretanto, é no final da década de 1950 e início da década de 1960 que as lutas começam a tomar forma de resistência organizada, através da organização e da mobilização do campesinato, em especial lavradores, que foi ocasionada principalmente pela atuação do Partido Comunista e da criação de entidades de classe, como sindicatos e federações, bem como surgimento de uma aliança operário camponesa, que viabilizou a expansão do movimento camponês.

A política brasileira até o início dos anos 1960, segundo Fernando Azevedo (2014), era essencialmente urbana, com algumas tarefas históricas pendentes, como a socialização da política, ampliação da participação eleitoral, universalização dos direitos civis e sociais básicos. Além disso, era marcada pelas práticas políticas oligárquicas que impediam que os

interesses políticos dos segmentos populares ganhassem representação. Tais aspectos garantiam a coexistência do que o autor denomina de “pacto populista”.

No período que antecedeu ao golpe de 1964 estavam em pauta, com forte apoio popular, as reformas de base, com destaque para a reforma agrária que esteve no centro do embate político, mas que, segundo Stedile (2012), se resumia em poucas medidas que não representavam mudanças estruturais. Pouco antes da queda do presidente João Goulart, as expectativas de realização de uma ampla reforma agrária motivaram inúmeros debates. Assim, de acordo com Leonilde Servolo de Medeiros:

“Nos anos 60, tomou corpo no Brasil um debate sobre a natureza da agricultura, onde os eixos problemáticos eram o perfil e perspectivas do desenvolvimento [...]. Tal preocupação levava à busca de identificação do modo de produção dominante e do significado do nosso ‘atraso’, remetendo a pensar a nação e os projetos para ela. [...] O ‘latifúndio’ aparecia então como um dos obstáculos ao desenvolvimento, obstáculo esse que deveria ser removido através de uma reforma agrária.” (MEDEIROS, 1989, p. 22)

Ainda de acordo com a autora, no início da década de 1960 houve uma expansão das Ligas Camponesas (1955-1964) para outros estados. Medeiros (1989) e Azevedo (2014) afirmam que o papel pioneiro das ligas em introduzir a questão agrária no centro da agenda nacional entre as décadas de 1950 e 1960, preconizando suas ações “fora dos limites institucionais” (MEDEIROS, 1989). Além disso, Azevedo ainda enfatiza outros dois papéis políticos e históricos, pioneiros e antecipatórios na cena política e social brasileira da época desempenhados pelas Ligas Camponesas. Primeiro, é precursora e decisiva em relação à inclusão social e à extensão dos direitos civis e políticos ao campo, como a sindicalização rural, extensão das leis trabalhistas para o campo e a promulgação do Estatuto da Terra. Segundo, atuaram politicamente de forma independente do Estado e dos principais atores políticos da época, antecipando a autonomia política dos movimentos sociais e dos sindicatos e o projeto de um partido organizado de cima para baixo e com raízes nos movimentos sociais.

Assim, a primeira metade da década foi marcada pela efervescência de conflitos no campo, estes que se estenderam para áreas onde até então não havia incidência anteriormente. No mesmo período, no estado Rio de Janeiro, a luta pela terra além de se intensificar ganha uma nova roupagem através do uso de armas na resistência aos grileiros e da ocupação de terras.

Apesar de desde o final da década de 1940 existirem associações de lavradores, que se configuravam como uma forma fundamental de organização dos posseiros, como no caso de Nova Iguaçu, é somente em 1962, com a regulamentação do sindicalismo rural no Brasil, que começaram a serem formados sindicatos dos trabalhadores rurais, como mostra Mario Grynszpan (1987). Esse fato contribuiu para atrair a competição política pela representação e mediação dos lavradores em luta, intensificando as disputas entre os setores da Igreja Católica, PCB e Ligas Camponesas pela liderança na atuação sindical no campo.

O número de sindicatos cresceu significativamente ao longo do governo João Goulart, caracterizado como nova fase do trabalhismo brasileiro. Com a regulamentação dos STRs, Goulart tenta não só conter os movimentos sociais mais radicais, tais como as Ligas Camponesas, como também ampliar sua base de sustentação política, pretendendo forjar um agrupamento político sindical novo, desarticulando o poder privado do latifúndio. Entretanto, não há como deixar de reconhecer que a luta pelo acesso a direitos, inclusive de organização, inicia-se muito tempo antes.

De acordo com Felipe Ribeiro (2015), havia um descompasso da legislação trabalhista entre os direitos garantidos aos empregados rurais e aos industriais e do comércio, bem como as apropriações feitas desse aparato legal pelos trabalhadores. Segundo o mesmo autor, esta divergência é o que diferencia o Brasil e outros países da América, nos quais os direitos trabalhistas aplicados através de uma legislação própria abrangiam simultaneamente os trabalhadores rurais e industriais.

Contudo, Ribeiro (2015) defende que diferente do que apontam alguns esquemas explicativos clássicos das Ciências Sociais, não há uma exclusão dos trabalhadores rurais do processo, mas, sim, “um entrave para a extensão da legislação trabalhista e sindical” (RIBEIRO, 2015, p. 44). Além disso, cabe ressaltar a apropriação dos direitos trabalhistas prescritos pela CLT, que se distinguia da concepção originária, empreendida por muitos trabalhadores rurais. Aliado a isto, há uma intensificação na mobilização em favor da extensão desses direitos ao campo.

Entretanto, para Marcus Dezemone:

O aumento das mobilizações no campo nas décadas de 1950 e 1960 não pode ser atribuído somente à exclusão dos benefícios sociais. [...] As transformações de ordem socioeconômica, isoladamente, são incapazes de dar conta das formas de luta e resistência empreendidas pelos setores camponeses. (DEZEMONE, 2008, p. 142)

Neste contexto há um enraizamento do sindicalismo rural. Leonilde Medeiros (1989) destaca a emergência dos trabalhadores rurais enquanto atores políticos num momento de rápidas mudanças conjunturais após 1945, permeada por grande instabilidade política, porém, marcado pela consolidação de um projeto de industrialização do país e de desenvolvimento econômico. As formas de alianças políticas eram postas em jogo pelas reivindicações de direitos no campo. Assim, para Medeiros (1989) a presença incipiente dos trabalhadores rurais no cenário político teve reflexos institucionais, levando à uma aceleração na discussão em torno da necessidade da criação de instituições que representassem legalmente os trabalhadores do campo. Para Medeiros,

O crescimento das organizações de trabalhadores [rurais] correspondeu também a um período em que a Igreja se tornava mais sensível para os problemas sociais, ao mesmo tempo em que se preocupava com o avanço das forças de esquerda, o ‘perigo comunista’, no campo. (MEDEIROS, 1989, p. 75)

Para Grynszpan (1987), algumas ideias lentamente foram ganhando força no Rio de Janeiro. Medeiros (1989) e Grynszpan (1987) destacam que algumas pessoas, apesar da sua origem camponesa, passaram pela cidade e por movimentos de trabalhadores urbanos, muitas delas tendo ligação com PCB, causando uma transformação na dinâmica do conflito fundiário, tornando-o uma experiência de luta marcante. O Partido Comunista tinha certa limitação na sua atuação na região da Baixada Fluminense, no final dos anos 1940, como afirma Grynszpan (1987). O que havia eram militantes isolados, envolvidos na tarefa de organizar os trabalhadores no campo. O autor aponta, ainda trajetória política das principais lideranças camponesas da Baixada e a relação dos mesmos com o PCB, como é o caso de José Pureza da Silva, Bráulio Rodrigues da Silva e Manoel Ferreira de Lima, que inicialmente participaram de movimentos sindicais, vindo mais tarde a se tornar líderes camponeses.

A literatura sobre as disputas por terra referente a este período mostra que, à primeira vista, a luta social teria surgido em decorrência das divergências de interesses entre lavradores e fazendeiros. Contudo, é um equívoco reduzi-la a uma disputa de terra por esses dois grupos de atores sociais. O conflito é permeado por questões bem mais complexas, como evidencia Grynszpan (1987). De um lado, os posseiros apoiados por organizações de esquerda tais como outros sindicatos, em especial o sindicato dos ferroviários, e o PCB, além da Igreja Católica. Do outro, grileiros - categoria aqui caracterizada por proprietários e pretensos proprietários – além de autoridades locais (prefeitos e deputados) e juízes, todos respaldados pelo Estado.

Assim, nos anos 1960, a Igreja Católica ganha força, e passa a ter atuação na dinâmica da luta pelo acesso e permanência na terra.

Contudo, desde a década de 1960, a concentração fundiária vinha se intensificando pelo modelo de desenvolvimento agrário adotado, levando milhares de famílias a serem expulsas do campo. Diferente do que acontece na região da Baixada Fluminense, na qual este momento histórico é marcado pela decadência da citricultura, ainda na década de 1940, que levou ao loteamento dos grandes latifúndios e um conseqüente fluxo migratório inverso, na medida em que muitos indivíduos que até então haviam migrado do campo para a cidade, e não satisfeitos, vêm em tal situação uma possibilidade de voltar para a roça, tendo o seu próprio lote.

Neste contexto iniciam-se algumas disputas voltadas para a ocupação e permanência na terra. Segundo Grynszpan, “numa comparação com uma das regiões do país onde havia uma gritante situação de miséria e onde proliferavam as Ligas Camponesas, a Baixada era o ‘Nordeste sem seca’.” (GRYNSZPAN, 1987, p. 17-18).

O principal problema social existente no campo fluminense ao longo da década de 1950 no início da década de 1960, ainda de acordo com Grynszpan (1987), era a ocorrência de um alto índice de despejo de lavradores das terras que a ocupavam há vários anos. Isso gerou um acirramento das lutas pela terra e a criação de associações de lavradores, que viria a culminar na criação da Federação das Associações de Lavradores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ). Na Baixada, principalmente em Nova Iguaçu, estes despejos ocorriam respaldados ou não por ordens judiciais. Apesar dos despejos não terem se restringido à Baixada Fluminense, “foi a partir dela que se irradiaram as resistências organizadas dos lavradores contra eles” (GRYNSZPAN, 1987, p. 21). Dessa forma, os conflitos entre posseiros e grileiros se tornaram questões sociais e políticas; além disso, a violência passou a ser utilizada como forma de conduzir e resolver os impasses. Ainda de acordo com o mesmo autor:

A mobilização e a organização do campesinato estariam referidas, assim, não à sua maior ou menor condição de miséria, ou à sua posição na hierarquia social, mas sim às suas contradições específicas, às relações sociais em que se acha envolvido a cada momento, bem como aos instrumentos institucionais que tem ao seu dispor. No caso específico do estado do Rio de Janeiro de 1950 a 1964, participavam efetivamente das organizações camponesas aqueles que lutavam pela terra, ou seja, posseiros. E isto significa dizer, também, que era na Baixada que aquelas organizações tinham sua principal área de atuação. (GRYNSZPAN, 1987, p. 134)

É a partir do rompimento da dominação, ocasionada pela presença dos grileiros efetivada através da prática dos despejos, que surge um cenário em que se torna possível e necessário a organização e a mobilização dos lavradores. E é essa luta que, de acordo com Grynszpan (1987), é responsável pela união das várias categorias do campesinato que vão ser identificadas como posseiros. Heloisa Menezes (1991) enfatiza que é através das ameaças de despejo e da criação das organizações camponesas e da orientação do movimento camponês, que as ocupações de terra na Baixada assumem um caráter de estratégia de ação reivindicatória.

Menezes (1991) aponta ainda que a luta pela terra na Baixada tem como marco inicial o processo de urbanização e industrialização da região, na busca de sua integração com a cidade do Rio de Janeiro, o que propiciou a valorização das terras, trazendo à tona novos interesses em relação à apropriação das terras. Esta situação teria sido responsável por provocar uma disputa que envolvia de um lado posseiros e do outro grileiros, que utilizavam o despejo como meio de desocupar a terra. Logo, a luta pela terra na Baixada Fluminense é caracterizada como uma forma de resistência, que surge como resultado e reação não só das ações de despejo, mas principalmente à modernização e à especulação. Segundo a autora, essa resistência como reação aos despejos foi possibilitada pela não existência de uma relação de subordinação ou clientelismo entre posseiros e grileiros, ou pelo fato dessas relações serem muito frágeis, o que facilitou a quebra do autoritarismo. A partir daí, os lavradores passaram a reivindicar a desapropriação da terra e a reforma agrária e a articular as ocupações de organizadas de terra.

2.2 Impactos do golpe militar na Baixada Fluminense

Com o golpe de 1964, as lutas no campo recuaram diante da repressão. Iniciou-se então uma série de reformas de caráter modernizador da economia e da sociedade, entre elas as reformas bancária, universitária, administrativa e até mesmo a reforma agrária, que ganhou expressão legal com a elaboração do Estatuto da Terra.

Segundo Medeiros (1989), os primeiros momentos após o golpe de 1964 foram marcados por uma incisiva repressão às organizações de trabalhadores. No âmbito rural também houve uma intensa perseguição aos sindicatos e sedes das Ligas Camponesas; “as lideranças perseguidas; muitos foram presos, muitos outros assassinados; outros ainda conseguiram escapar ao cerco e se exilar” (MEDEIROS, 1989, p. 85).

As áreas onde os conflitos aconteciam de maneira mais intensa foram ocupadas pelos militares e os despejos voltaram a acontecer, mas dessa vez foram realizados sem enfrentar resistência alguma. Além disso, muitas desapropriações que já haviam sido realizadas foram revistas. A tática de luta através do enfrentamento e das ocupações, anteriormente utilizada, teve de ser abortada. Há uma mudança no eixo da luta, que passou a acontecer às margens dos sindicatos e federações, restando aos trabalhadores rurais apenas a resistência individual.

Contudo, Medeiros destaca que

A um curto período em que o discurso liberal e reformista permaneceu, e em que não foram alteradas as regras institucionais, seguiu-se outro, de fechamento, que teve início no final de 1965 e ganhou maior fôlego com Ato Institucional nº 5, em 1968. [...] O discurso em torno da reforma agrária, que marcou ainda o primeiro governo militar, foi substituído pelo da colonização, da ocupação dos espaços vazios, da transformação tecnológica da agricultura tradicional. (MEDEIROS, 1989, p. 84)

Segundo Abner Sótenos (2013), as arbitrariedades cometidas pelo regime militar ecoaram na Baixada Fluminense de forma direta, conduzindo a um cenário de intensa instabilidade política, marcado por intervenções militares, cassações de mandatos e prisões. Houve também um afloramento das mobilizações camponesas na região, tornando-se alvo direto da repressão que se abateu durante o regime militar. Assim, a conjuntura fez com que essa região, que já possuía um histórico de lutas desde os anos 1950, estivesse associada a uma série de eventos que evidenciam o caráter autoritário, interventor e estratégico do governo ditatorial. De acordo com o autor:

Nos dias que antecederam a madrugada de 31 de março, as autoridades policiais tinham a área como verdadeiro barril de pólvora prestes a explodir. Certamente, em função dessa perspectiva, o aparato militar ocupou as cidades fluminenses e iniciou a caça às bruxas. Relatos de camponeses fazem alusão a esses episódios em áreas de Nova Iguaçu, que mais tarde passou a ser diuturnamente espionada pelos agentes da comunidade de informações [...]. A imprensa local também deu destaque à atuação dos militares na localidade após o golpe, publicando notícias de prisões [...]. (SÓTENOS, 2013, p. 70-71)

Nova Iguaçu teve nove prefeitos entre os anos de 1964 e 1968, sendo dois deles interventores. Os governos federal, estadual e municipal passaram a se articular e cooperar mutuamente na esfera política, com as intervenções. As transformações políticas foram sentidas em diversos municípios da Baixada Fluminense. O cenário de instabilidade gerou muitas incertezas em grande parte da população, fazendo com que aqueles que estivessem articulados a movimentos contestatórios ampliassem suas redes de mobilização.

As cidades de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, que juntas concentravam um dos maiores parques industriais do Brasil e por consequência, abrigavam uma expressiva quantidade de operários num momento de acirramento das tensões que se expressaram na realidade brasileira, foram palcos de articulações não só entre as esquerdas, mas também entre Igreja, movimento operário e outros segmentos da sociedade civil.

É também neste mesmo contexto que foi fundada a diocese de Nova Iguaçu, no ano de 1960. De acordo com Gabriel Nascimento Silva (2014), “a diocese de Nova Iguaçu é criada já sob o pretexto de um maior acompanhamento espiritual, principalmente, do desenvolvimento urbano da Baixada” (ano, p. 11), isto é, é fruto de um esforço sistemático que visava o aprofundamento do catolicismo nessa região, que vinha se tornando cada vez mais complexa para a diocese de Barra do Piraí – à qual estava vinculada – por causa do seu crescimento populacional.

Com a vinda do bispo D. Adriano Hipólito, em 1966, como destaca Silva:

[...] há uma sistematização clara para otimizar os esforços estruturais da diocese no sentido de atualizar o catolicismo local aos novos ventos do Concílio Vaticano II (1959-1965). Esse movimento da Igreja desemboca em um conjunto de fatores religiosos, sociais e políticos, fazendo com que as classes populares encontrassem na religião seu principal espaço de experiência. Ao mesmo tempo em que também a religião, por sua vez, percebesse nas suas atividades pastorais a necessidade de intervir concretamente na vida cotidiana dos mais pobres. (SILVA, 2014, p. 11-12)

A diocese não se poupou de discutir assuntos referentes à esfera política e de incentivar movimentos e mobilizações que buscavam uma nova forma de tornar possível um diálogo entre sociedade civil e sociedade política. Assim, foram sendo forjados novos mecanismos de articulação entre o povo e o poder público local, desencadeando diversas perseguições. A partir de uma compreensão de Igreja como um espaço de alternativo de experiência e organização do povo, a diocese de Nova Iguaçu foi palco da materialização de inúmeras mobilizações. Deste modo, a partir da segunda metade da década de 1970 o espaço de atuação política da camada da população que integrou movimentos reivindicatórios locais deixa de ser o gabinete do vereador e passa a ser o espaço público das ruas e praças.

Dentro da sua pluralidade a Diocese de Nova Iguaçu buscou uma concepção de evangelização que teria como pressuposto das suas pastorais a interação política com o povo. É dentro desta lógica que se inicia a criação da Pastoral da Terra, sob a liderança de Bráulio Rodrigues, e a instauração da Comissão de Justiça e Paz na Baixada Fluminense para apurar casos de violações de Direitos Humanos. Assim, de acordo com Gabriel Nascimento Silva ,

“a história desta Diocese se confunde com a própria história social e política da região” (SILVA, 2014, p14).

O autor exalta, ainda, a importância das comunidades eclesiais de base não só para se pensar a realidade da própria Igreja, como também como responsáveis por evidenciar a necessidade de se pensar a realidade material da região, na medida em que isto era o que pautava as atividades por elas realizadas. É isso que dá início há um processo de reflexão dentro da própria Diocese sobre conceitos tradicionais, levando-os a serem repensados. Assim, Silva chama atenção ao fato de que:

A conjugação desses conceitos uniformiza um discurso religioso em que aspectos materiais e espirituais tornam indissociáveis. E, por isso, o catolicismo não poderia deixar despercebido nada que fosse pertinente ao homem, seja em seus aspectos religiosos, existenciais e sociais. (SILVA, 2014, p.42)

A segunda metade da década de 1970 é marcada não só pela retomada, mas também pela construção de novas estratégias de reivindicação e ascensão de novos personagens advindos das camadas populares da sociedade, em decorrência do surgimento dentro do cenário político nacional de uma nova forma de oposição enunciada pela esquerda e que pressupunha a ideia de resistência ao regime ditatorial, e o seu protagonismo nas transformações sociais que se definia pelo viés da luta por justiça social. É neste momento que há uma aproximação entre alguns setores da Igreja Católica e movimentos de esquerda. E dentro deste contexto, a Baixada Fluminense se torna também lugar de inserção e moradia de grupos de esquerda, que surgem a partir de uma autocrítica da própria esquerda, entre as camadas populares, como parte de um projeto de tornar-se povo, na década de 1970.

Contudo, sobre a relação entre Estado e Igreja durante o regime militar, é necessário evidenciar que:

A ditadura militar no Brasil, implementada a partir de 1964, ainda que num primeiro momento não tenha modificado a relação de proximidade entre Estado e Igreja, acabou por definir uma dinâmica de conflito entre as duas instituições. As práticas do Regime transformaram a Igreja num reduto de oposição e a própria reação à Igreja contribuiu para que ela assumisse a defesa dos direitos humanos. Ao observarmos as relações entre Igreja e Estado no Brasil, podemos perceber a importância que o estabelecimento do regime autoritário contribuiu para essa caracterização de instituição como opositora, ainda que seja difícil dimensionarmos o caráter monolítico desse posicionamento, assim como o fato de ele ter sido resultado das mudanças que se definiram nas bases da instituição e de serem nelas que podemos melhor identificar o engajamento sócio-político da Igreja. (NASCIMENTO, 2007, p. 23)

A partir de 1974, a Igreja passa a ser a principal instituição a se opor ao governo. No caso da Diocese de Nova Iguaçu, essa oposição entre Igreja e Estado se materializou através da criação do jornal semanal diocesano, *A Folha*, que se propunha, claramente por uma opção pelo povo, mais do que informar, fazer uma crítica à realidade material, social e política da Baixada Fluminense, bem como do próprio posicionamento institucional da Igreja perante às injustiças sociais e ao cenário político que assolava o Brasil. Assim, Rafael Cerqueira do Nascimento, aponta que:

Na compreensão acerca da identidade sócio-libertadora do Cristianismo da Libertação em Nova Iguaçu, a definição do regime militar como uma autoridade ilegítima fez com que a Igreja Católica de Nova Iguaçu utilizasse o seu jornal como um instrumento de oposição ao poder militar. (NASCIMENTO, 2007, p.93)

Nesse contexto de conflito entre as duas instituições anteriormente mencionadas, a Igreja brasileira se coloca como atuante politicamente na defesa dos direitos humanos, resistindo ao autoritarismo através de uma crítica explícita ao governo e abrigando os movimentos sociais e sindicatos. Dom Adriano fez uso d'*A Folha* para se posicionar em relação às possíveis mudanças no relacionamento entre Igreja e o sistema político instalado em 1964, evidenciando que após a posse do Presidente Ernesto Geisel “parece que tem havido esforço de melhorar o relacionamento entre a Igreja e o Estado”. Contudo, o bispo, no mesmo artigo, diz:

Quero crer que a missão profética da Igreja não se satisfaz com uma distensão no relacionamento Igreja-Estado, se não houver simultaneamente uma distensão total, isto é: se não houver um esforço de democratização e assim de absorver (no bom sentido) todos os grandes setores da vida pública que têm sido marginalizados.²

Os conflitos entre Estado e Igreja emergem, de um modo geral, de uma postura crítica de alguns membros do clero que não tardaram à denunciar as diversas repressões sofridas por padres que tinham envolvimento com os movimentos sociais. Como no caso do bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito, que em 1976 foi sequestrado por membros por membros da Aliança Anticomunista Brasileira – esta, que possuía militares em seus quadros – quando deixava a Diocese de Nova Iguaçu, sendo submetido a violência física e moral – tal como ser acusado de comunista e de ajudar comunistas, e ter sua batina cortada, seu corpo banhado com cachaça e ser abandonado nu e amarrado, com o corpo pintado de vermelho -,

² Abertura Política: Dinâmica do sistema – Distensão Igreja-Estado – Estado: parcela da distensão total. Questões atuais. *A Folha*, 06 de outubro de 1974. Ano 2 – n°. Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.

tendo seu carro explodido em frente à sede da CNBB, no Rio de Janeiro, momentos após tais acontecimentos. Além disso, houve uma invasão e explosão de uma bomba no altar da Catedral de Santo Antônio, em Nova Iguaçu.

A postura adotada pela CNBB diante da perseguição de membros do clero brasileiro por parte do regime então adotado no país é pauta n' *A Folha*, na edição de 16 de Janeiro de 1977, em seu artigo principal no qual também coloca em foco questões como a questão dos índios, segurança, justiça e a posse da terra. Afirmando o papel assumido pela Igreja diante do cenário político instaurado no Brasil naquele momento, de acordo com a entidade:

A Igreja tem procurado tomar a defesa dos direitos do fraco, do pobre, do índio, da criança que vai nascer. Mas hoje reclama para o povo não mais a esmola das sobras que caem da mesa dos ricos, mas uma repartição mais justa dos bens. Houve um tempo em que nossas pregações ao povo aconselhavam sobretudo a paciência e a resignação. Hoje, sem deixar de fazê-lo, nossa palavra se dirige também aos poderosos, para apontar-lhes suas responsabilidades pelos sofrimentos dos povos. [...] Em reportagem sobre perseguição, na América Latina, a líderes cristãos, a revista americana *Time* diz mais ou menos: 'Quando a Igreja aceitava calada a tutela do poder para manter seus privilégios, era deixada em paz na sacristia, porque ninguém lhe tinha medo.'³

De um modo geral, o que podemos concluir disso tudo é que se fez notável a influência exercida pelo governo estadual e federal no cenário político e religioso de Nova Iguaçu durante o regime militar. Para Abner Sótenos (2013), essa influência se materializa no agravamento das condições sociais e no crescimento de loteamentos clandestinos sem a mínima infraestrutura necessária como resultado de políticas malsucedidas de habitação popular, patrocinadas pelos sucessivos governos.

³ Por que eles não ficam na sacristia celebrando suas missas? *A Folha*, 16 de janeiro de 1977. Ano 5 – nº 244. Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.

CAPÍTULO III

A retomada da luta pela terra na década de 1980

Este capítulo aborda o processo de retomada das lutas pelo acesso à terra na Baixada Fluminense na década de 1980, correlacionando-o ao cenário político nacional e estadual, no qual questões relacionadas à reforma agrária voltavam ao centro do debate político juntamente com o início de um processo de redemocratização do país. Atenta para a volta de antigos atores ao protagonismo das lutas, assim como para o surgimento de novos personagens, mostrando tanto a continuidades de lutas iniciadas no pré-1964 como a eclosão de ocupações em novas áreas. Dentro desse cenário de ocupação de novas áreas é que está inserida a ocupação de Campo Alegre, que assumiu grande destaque no contexto do estado do Rio de Janeiro, o qual este capítulo se propõe a descrever e analisar.

3.1 Reforma agrária e reintensificação dos conflitos fundiários

O final da década de 1970 e início da década de 1980, de um modo geral, propiciaram uma considerável expansão e intensificação no que diz respeito ao processo de luta pela reforma agrária no Brasil, como resultado de um processo de transição rumo à democratização do país. Processos de ocupações de terra se espalharam por diversas partes do país. Assim, como no período pré-1964, a questão agrária é reincorporada ao debate político nacional. Entretanto, como aponta Victor Novicki (1994), “esta re-politização da questão agrária deu-se em um país que passou por um intenso processo de modernização da agricultura” (NOVICKI, 1994, p.11).

Nos demais estados do país, a principal consequência dessa modernização direcionada ao campo foi, sem dúvidas, o êxodo rural. No caso da Baixada Fluminense, o principal gerador de conflitos fundiários foi o processo de urbanização e metropolização. A necessidade de investir em sua suposta vocação urbana e turística e a valorização das terras desencadearam uma série de despejos e expulsão de trabalhadores rurais e “o desequilíbrio intersetorial da economia fluminense que levou a um processo de decadência do setor primário” (NOVICKI, 1994, p. 11).

A partir de 1978 há uma notável reincidência de intensos conflitos fundiários a nível nacional. Diferente do período anterior ao golpe militar, na década de 1980 os conflitos fundiários fluminenses. Se esses conflitos antes se restringiam basicamente à relação entre

posseiros e grileiros, passam a ser um reflexo do agravamento dos problemas causados pela intensificação de um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador adotado no país, fruto de ideias políticas que enfatizam a predominância do urbano sob o rural, responsável pelo inchamento das cidades.

Esse processo marca, de forma incisiva, o retorno de trabalhadores de origem camponesa, que haviam migrado para o meio urbano, para a área rural, a fim de obterem melhores condições de vida, ocorrendo também a inserção de pessoas de origem urbana em áreas rurais.⁴ A partir daí, nota-se não só a continuidade de antigos conflitos iniciados no pré-1964, envolvendo posseiros, mas também a emergência de novos atores no processo de luta pela terra, como por exemplo, trabalhadores de áreas periféricas urbanas que ocupavam terra, contanto com o apoio de setores da Igreja, tal como a Comissão Pastoral da Terra, e do MST, com a finalidade de desenvolver atividades relacionadas à agricultura.

No final da década de 1970 começam a surgir algumas ações de resistência mais organizadas, que evidenciam os mesmos locais de conflitos e os mesmos personagens das lutas travadas no pré-1964. Contudo, as ocupações de terra na Baixada Fluminense não eram acontecimentos inéditos, sendo assim, a maioria das ocupações que acontecem na década de 1980 são consideradas “ocupações de retorno”. De acordo com Novicki:

Nas últimas quatro décadas ocorreram, no Rio de Janeiro, simultaneamente, a ampliação e recorrência espacial dos conflitos fundiários rurais, marcando uma continuidade no processo de luta pela terra que conjugou e/ou alternou formas de luta (“legais” e “não-legais”) e sua intensidade, em função das conjunturas políticas que conformam a relação entre movimentos sociais e estado. (NOVICKI, 1994, p. 09)

A retomada da discussão sobre a reforma agrária no contexto nacional e as eleições estaduais que fizeram de Leonel Brizola governador do Rio de Janeiro são de fundamental importância para explicar as sucessivas ocupações de terra que ocorreram à partir da década de 1980. Assim,

A dinâmica do relacionamento estabelecida entre o Governo Brizola e a luta pela terra deve ser entendida no bojo do processo de redemocratização em que o país vivia, onde se verifica a repolitização da questão agrária, semelhante àquela observada no início dos anos 60. Nesta conjuntura, diferentes atores envolvidos na luta pela terra, seus mediadores e representantes, bem como os partidos políticos e os governos federal e

⁴ Laerte Resende Bastos. Entrevista concedida a Victor de Araújo Novicki. [1989/90]. Rio de Janeiro: NMSPP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987).

estaduais, se inseriram na arena política de disputa por propostas e práticas. (NOVICKI, 1994, p. 127)

Em se tratando do panorama da Baixada Fluminense em relação à retomada das lutas por terra, destacam-se no processo de ocupação de terras as ocupações de Nova Aurora, área localizada no município de Belford Roxo, e Parque Estoril, em Nova Iguaçu, ambas organizadas por Laerte Bastos, a primeira em 1979 e a segunda em 1981.

O mutirão dos sem-terra de Nova Aurora nasce no ano de 1979, tendo como principal objetivo a obtenção de moradia e condições de vida mais dignas, trazendo consigo o lema: tanta terra sem gente e gente sem terra, segundo Adriana Serafim (2013). Deste modo, “o objetivo primeiro do movimento ‘era ocupar terras abandonadas e improdutivas do local, e a construção das moradias a partir da contribuição de cada membro associado’. Mas gradualmente, o movimento foi assumindo novas bandeiras” (SERAFIM, 2013, p. 79).

As lutas travadas em Nova Aurora tiveram uma intensa participação de setores da Igreja Católica em âmbito local através, principalmente, da atuação do bispo Dom Adriano. Em seu comportamento alinhado à sua “opção pelos pobres” que movia seu compromisso em defesa da justiça social e da garantia dos direitos humanos, auxiliou no enfrentamento com os grileiros e a polícia em decorrência de conflitos ocasionados pela ocupação e desapropriação das terras.

A ocupação de Parque Estoril marca uma relação de retorno de antigas lideranças, como Bráulio Rodrigues e Chico Silva, a este cenário de mobilização da luta pela terra, e apesar de não ter se concretizado acabou se tornando um ensaio para futuras ocupações de terra na região, na medida em que foi fomentadora de questionamentos à cerca da situação fundiária no estado.

Estas, por sua vez, foram precursoras deste processo na região da Baixada Fluminense, levando ao desencadeamento de diversas outras ocupações. A principal delas foi Campo Alegre, que tem como principais atores do movimento e ocupantes dessa área o excedente das ocupações anteriores, referenciada como marco nessa retomada dos processos de lutas pela terra no estado do Rio de Janeiro, impulsionando a eclosão de ocupações em diversas regiões do estado.

3.2 Assentamento Campo Alegre

Considerada a segunda maior ocupação de terras que ocorre no estado do Rio de Janeiro durante o governo e um referencial para futuras ocupações, a ocupação de Campo Alegre se iniciou no ano de 1984. A área do assentamento, até então pertencente ao município de Nova Iguaçu, após a emancipação de Queimados, em 1992, passa a ser dividida entre os dois municípios.

A proposta de ocupar uma fazenda em Campo Alegre surge a partir da ocupação do loteamento urbano de Nova Aurora. A princípio seria ocupada a área referente a antiga fazenda Mato Grosso, em área localizada em Queimados, que teria sido no início dos 1950 transformada em um loteamento urbano e posteriormente abandonada que devido a falência de tal empreendimento. Ao longo dos anos essas terras foram sendo aos poucos griladas por pessoas interessadas na criação de gado, até que num dado momento foram descobertas pelo “movimento de ocupação de terras”, como aponta Victor Novick (1994) ou mesmo servido como área de desova para o Esquadrão da Morte⁵.

Segundo Leite e Medeiros (2002), a ocupação que deu origem ao assentamento teve início nas terras pertencentes à fazenda Mato Grosso, se ampliando rapidamente em direção as fazendas vizinhas. A ocupação inicial da área ocorreu durante uma madrugada, havendo controvérsias quanto ao número de pessoas participantes. Contudo, de acordo com relatos de João Bastos, uma das principais lideranças da região de Campo Alegre, a ocupação da área contou com 380 famílias.⁶ Cerca de 700 pessoas teriam sido assentadas em uma noite, de acordo com Medeiros (2008).

O fato é que as articulações para se iniciar a ocupação de Campo Alegre se deram no mesmo período que se iniciava o processo de reabertura política do país, e conseqüentemente, muitas das lideranças rurais e sindicais do pré-1964 estavam retomando à sua atuação. Assim, neste momento de retomada das lutas, algumas dessas antigas lideranças começaram a se reunir no Centro de Formação de Lideranças de Nova Iguaçu, em Moquetá, nas quais se discutia a maneira que seria feita esta ocupação.⁷ Foi de fundamental importância o apoio

⁵ Mariela Conceição Rosa. Entrevista concedida à Leonilde Servolo de Medeiros. [1999]. Rio de Janeiro: NMSPP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

⁶ João Bastos. Entrevista concedida à Leonilde Servolo de Medeiros e Paulo Roberto Alentejano. [1998]. Rio de Janeiro: NMSP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

⁷ Luís de Marapicu. Entrevista concedida à Leonilde Servolo de Medeiros e Paulo Roberto Alentejano. [17/10/1997]. Rio de Janeiro: NMSP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

recebido por setores Igreja Católica de Nova Iguaçu, não só para a realização da ocupação como também para a permanência na terra.

De acordo com Luís de Marapicu:

[...] Campo Alegre não foi uma ocupação, assim, que o pessoal estivesse com aquela vontade de trabalhar na terra, cultivar e sobreviver da terra. Porque as lideranças davam um outro sentido a esse Movimento. Era fazer a ocupação para chamar a atenção das autoridades que a Reforma Agrária seria viável. [...] E o pessoal foi se acostumando com mil pessoas aqui, em Campo Alegre.⁸

Vale ressaltar que na região da Baixada Fluminense os conceitos de rural e urbano se mesclam todo o tempo nas suas mais amplas esferas de aplicação. Deste modo, as ocupações de terra acabam tomando para si finalidades distintas, servindo tanto para ocupação de cunho rural, com o objetivo voltado para a agricultura, quanto somente para moradia.

No que diz respeito a uma perspectiva sociológica sobre a relação e os limites estabelecidos na concepção do que caracterizaria a distinção entre campo e cidade, atenta-se para as transformações profundas que ambos passaram a partir da segunda metade do século XX, resultando em novas dinâmicas de cunho econômico, social, cultural e político afirmando a necessidade de ressignificações dos conceitos empreendidos para designar rural e urbano, como apontado por Heloísa Menezes (1991).

Assim, a grande questão a cerca desta ocupação é a sua dualidade entre o urbano e o rural, na medida em que era formada não só por ocupantes oriundos de outras áreas agrícolas do estado, mas, sobretudo, por moradores de áreas urbanas periféricas que já estavam envolvidos em trabalhos urbanos, seja elas formais ou informais. Deste modo:

Essa ocupação indica a composição do público preponderante em grande parte das situações futuras: trabalhadores com experiência urbana que, havendo uma oportunidade de retorno às áreas rurais, buscaram-nas, não com a intenção de recriar um ‘modo camponês’ de vida, mas de alcançar alternativas de sobrevivência mais estáveis, conjugando o trabalho agrícola com outras atividades ou rendas. Daí o fato de, pelo menos nos anos 80, grande parte das ocupações de terra no estado se concentrarem na Baixada, em áreas pouco distantes dos centros metropolitanos, servidas de meios de transporte e de infraestrutura urbana. (LEITE; MEDEIROS, 2002, p. 61)

Sobre como se configuravam as ambições das pessoas sobre este processo, após a consolidação da ocupação da terra no caso fluminense, em relação ao não interesse em

⁸ Luís de Marapicu. Entrevista concedida à Leonilde Servolo de Medeiros e Paulo Roberto Alentejano. [17/10/1997]. Rio de Janeiro: NMSP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

permanência na terra para fins de cultivo e produção agrícola e sim para fins de moradia somente, além do interesse individual da apropriação da terra sobreposto aos interesses coletivos do uso da terra Victor Novicki (1995) aponta que:

Nos assentamentos, os que não participaram do projeto coletivista (“roças comunitárias”) - a maioria - eram chamados de “sem consciência, egoístas, alienados ou individualistas”. A rigor, foram conflitos decorrentes de visões contraditórias de mundo, relacionadas às crenças e desejos dos sem-terra que só se manifestaram após a conquista da terra, quando não mais foi possível a construção de um interesse comum que levasse à ação coletiva. A bibliografia sobre movimentos sociais no campo e processo de organização nos assentamentos, em sua maioria orientada pelo marxista, indica como causas para a individualização dos objetivos após a conquista da terra ou “fracasso” das experiências coletivistas [...] a falta de uma “consciência de classe” provocada pela ideologia dominante que, através de diferentes mecanismos, leva ao desvio de seus verdadeiros interesses de classe e [...] a diferenciação interna do grupo, em termos de trajetórias de vida (perspectivas diferentes do ex-pequeno proprietário, do ex-boia-fria, etc.), de relações com a terra (posseiro, parceiro, arrendatário, assalariado, etc.), momentos do ciclo vital (idade) e de potencial de trabalho familiar (número de filhos)[...]. (NOVICKI, 1995, p. 59)

Novicki (1994) atenta ainda para o fato de que a região da Baixada Fluminense tem sido objeto de disputa pela posse e propriedade da terra entre as décadas de 1940 e 1980, nas quais de um lado imperavam interesses especulativos urbanos, e de outro lado estavam os posseiros que utilizavam como forma de resistência as ocupações, nas quais muitas vezes contavam com a mobilização de trabalhadores que tiveram alguma experiência de vida urbana. E é inserido neste contexto que o assentamento Campo Alegre se constitui.

3.2.1 Desapropriação e consolidação do assentamento Campo Alegre

No dia vinte de junho de 1984, após os ocupantes das terras levarem suas reivindicações ao governador, entre elas que fossem tomadas providências em relação a ameaças e violências cometidas pelos pretensos proprietários, e uma forma de garantir formalmente aos ocupantes o uso e posse da terra, Leonel Brizola foi ao encontro das famílias, e após longo discurso, assinou o decreto de desapropriação em cima de uma batata, em um ato simbólico. Assim,

Este foi o primeiro decreto de desapropriação utilizado pelo governo Brizola visando equacionar litígios gerados pelo movimento de ocupação de terras. Dado que os Estados-Federados não têm competência para desapropriar por Interesse Social para fins de Reforma Agrária, o governo estadual recorreu à um Decreto-Lei federal para declarar Campo Alegre como área de Utilidade Pública para fins de desapropriação. (NOVICKI, 1994, p. 104)

Após a desapropriação os lotes foram medidos e divididos por João Bastos e Laerte Bastos com a ajuda dos próprios ocupantes das áreas, precursores da ocupação, possuindo cada lote uma área de 3 hectares, em condições diversas que muitas vezes não permitia dedicação exclusiva ao trabalho agrícola.⁹ Desde o início, a área ocupada teria sido dividida em regionais, em decorrência da grande extensão de terra que abrangia. Apesar disso, a área coletiva destinada à produção agrícola se constituía enquanto um coletivo único, e não um para cada regional. Esse coletivo também foi dividido e várias áreas foram destinadas à desenvolvimento de projetos para a Associação, além disso, cada um desses coletivos tinha um chefe. Nessa área coletiva se plantava arroz, berinjela e uma variedade de hortaliças. Mas, apesar desses coletivos serem suficiente para abastecer os produtores e ainda excedentes, não deram certo, pois alguns tentavam se beneficiar mais que os outros. gerando intrigas internas e fazendo com que as pessoas, de um modo geral, passassem à olhar com desconfiança para a ideia de manter as roças coletivas. Assim, os próprios camponeses se encarregaram de ocupar essa área coletiva quando souberam que ali seria implementada uma cooperativa com a aprovação de um projeto subsidiado pelo governo.¹⁰ Dentro dessa perspectiva Linderval Augusto Monteiro destaca que:

Os serviços comunitários ou os mutirões formados para resolver problemas imediatos [...] na medida em que surgem unicamente de crise ou nascem do desejo de alguns líderes locais de se destacarem politicamente através do aproveitamento do serviço já comumente realizado pelos moradores de bairros periféricos. (MONTEIRO, 2007, p. 81)

É seguindo essa lógica, que uma das principais lideranças que atuou em Campo Alegre, Laerte Bastos, se engendra na carreira política chegando ao cargo de vice-prefeito de Nova Iguaçu, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), no processo eleitoral de 1988 que teve como prefeito eleito Aluísio Gama de Souza, pelo mesmo partido. De acordo com Laerte, sua participação na luta camponesa se dava apenas no auxílio da ocupação e da organização, participando em cooperativas e associações, atuando de forma mais abrangente, mas não

⁹ Alexsandro Batista dos Santos. Entrevista concedida a Leonilde Servolo de Medeiros. [04/03/1998]. Rio de Janeiro: NMSP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

¹⁰ Luís de Marapicu. Entrevista concedida à Leonilde Servolo de Medeiros e Paulo Roberto Alentejano. [17/10/1997]. Rio de Janeiro: NMSP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

retorna à vida no campo. E é a partir daí que o mesmo descobre sua vocação política.¹¹ Sobre essa questão, Monteiro afirma ainda que:

Ao longo do tempo a liderança comunitária sofisticou-se e modificou-se até estabelecer-se como nitidamente diferenciada das lideranças políticas tradicionais. A constatação das metamorfoses ocorre quando se acompanha o processo político baixadense [...] e se percebe a ascensão constante de líderes comunitários a cargos públicos oficiais. (MONTEIRO, 2007, p. 46)

Retornando as considerações sobre o período pós-desapropriação, verifica-se a ocorrência de uma maior mobilização em Campo Alegre para a planificação do assentamento e da produção, recendo ajuda da CPT/RJ e do Núcleo Agrário Fluminense (NAF).

Assim, um outro ponto importante que se destaca nesse processo é o aparato que propiciou a resistência e a consolidação da ocupação e a permanência na terra, que se deu através da consolidação da ajuda que receberam não só do Governo Estadual, na figura do então governador Leonel Brizola, como também da Diocese de Nova Iguaçu e todo o seu aparato – como por exemplo Cáritas, Pastoral da Terra, Pastoral Operária e Comissão Justiça.

12

A ideia do governo do estado era fazer da ocupação um projeto de cunho político que visava o abastecimento da Baixada e do Rio de Janeiro, para isso era preciso de forte investimento em decorrência das distorções do solo. Logo, o assentamento recebeu os recursos necessários para o seu desenvolvimento, uma grande quantidade de calcário, para que fosse feita a correção dos solos, seis tratores e um caminhão, além de contar com a assistência técnica da EMATER.

O que chama bastante atenção em Campo Alegre é a ausência de entidades mediadoras que são comuns nas lutas fundiárias nos demais estados. O MST não participou das ocupações, tendo se aproximado desse movimento apenas após sua consolidação, e mesmo assim com atuação considerada inexpressiva. Os participantes do movimento também não consideravam o Sindicato dos Trabalhadores Rurais seu interlocutor. Assim,

Do ponto de vista sindical, havia uma certa recusa às ocupações, que ocorriam alheias à sua intervenção. [...] Por outro lado, do ponto de vista sindical, a criação de associações nos assentamentos era vista como uma

¹¹ Laerte Resende Bastos. Entrevista concedida a Victor de Araújo Novicki. [1989/90]. Rio de Janeiro: NMSPP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987).

¹² Geraldo Carlos Machado. Entrevista concedida a Leonilde Servolo de Medeiros. [02/03/1998]. Rio de Janeiro: NMSPP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

forma de marginalizar o sindicato e manipular recursos. (LEITE; MEDEIROS, 2002, p.68-69)

O STR de Nova Iguaçu também esteve afastado do processo de ocupação de Campo Alegre. Contudo, aproveitando-se de uma intervenção que ocorreu nesta entidade, as lideranças da ocupação, após sua consolidação, se envolvem na disputa e assumem a sua direção. A atuação da nova direção se viu comprometida na medida em que se acirraram as disputas entre as lideranças. Desse modo, o que podia fazer do STR um notável aliado dos assentados acabou não prosperando. É importante ressaltar também que nunca mantiveram relações com sindicatos urbanos ou com o sindicato patronal. As únicas relações sindicais estabelecidas, até certo ponto, foram com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu, pelo qual fizeram a declaração do ITR do lote.

Uma questão que não deve ser esquecida é a violência que permeou a luta pela terra nessa localidade aqui estudada, violência cometida não só por grileiros contra os ocupantes, mas também resultado de brigas internas dentro das Associações lá existentes, principalmente entre as lideranças.¹³

Um outro ponto a ser analisado são as características das pessoas assentadas na área. Como já mencionado anteriormente, a maioria era composta por pessoas que viviam anteriormente em zonas rurais e migraram para áreas urbanas em busca de melhores condições de vida. Entretanto, não conseguiam se estabilizar nas cidades e acabavam querendo voltar para o campo, vendo nessas ocupações de terra que estavam ocorrendo no Estado nesse momento uma alternativa. Esta característica dos ocupantes ocasionou problemas não somente com relação à produção, mas também na criação de entidades representativas. Assim, de acordo com Leite e Medeiros (2002), a identidade do assentamento é forjada a partir da resistência em relação ao confronto com o Estado, e não a partir de ligações de origem.

Segundo entrevista realizada com Alexsandro Batista dos Santos, que pertenceu à Associação dos Camponeses e Produtores da Fazendinha – área esta caracterizada pela grande produção de quiabo, aipim, maxixe, abóbora e arroz que eram escoados para o CEASA – as conquistas foram fruto de muita luta. Nos primeiros momentos da ocupação não receberam sequer ajuda ou doações da comunidade, as famílias mantiveram-se na área sobrevivendo

¹³ Mariela Conceição Rosa. Entrevista concedida à Leonilde Servolo de Medeiros. [1999]. Rio de Janeiro: NMSPP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

através da produção agrícola. No final da década de 1990, a situação de Campo Alegre fica muito difícil, sem apoio do Estado e da Prefeitura. Além disso, passam a ocorrer reclamações constantes dos moradores de que os políticos só aparecem na região em época de eleição, fazendo inúmeras promessas que nunca se concretizam. Mas apesar dos incentivos posteriores que receberam – como equipamentos e auxílio técnico - nutriam o pensamento de que o ideal era que fossem dadas as condições necessárias para viverem de forma autônoma.¹⁴ Ao mesmo tempo, não houve uma valorização dos assentados em relação aos vários benefícios recebidos. Na medida que tinham caráter assistencialista, os mesmos viam aquilo como algo “dado” e não como fruto de muita luta. À medida que esses auxílios –créditos, verbas destinadas à elaboração e desenvolvimento de projetos, equipamentos –, não eram utilizadas para a real finalidade à que eram destinados, gerava-se um descrédito da ocupação perante os agentes externos.¹⁵

Segundo Leite e Medeiros (2002), em 1989, apenas cinco anos após a ocupação, já notava-se um grande evasão, restando apenas cerca de 20% à 25% dos ocupantes iniciais. Isso se deu em decorrência da necessidade de grandes investimentos para tornar os lotes produtivos – por conta do seu tamanho e da qualidade do solo – e a falta de experiência agrícola dos assentados. Assim, “as pessoas acabaram voltando para os centros urbanos ou a própria proximidade com a cidade favoreceu a possibilidade de manter dupla atividade, como camelô, construção civil, etc.” (LEITE; MEDEIROS, 2002, p. 73).

Ainda de acordo com Leite e Medeiros (2002), entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, apenas pouco mais da metade dos lotes de Campo Alegre mantinham atividade voltada para o setor agrícola, o restante haviam sido abandonados ou serviam como sítios de recreio. Além disso, houve um esfriamento da forte mobilização que marcou os momentos iniciais do assentamento, exceto quando o que estava em jogo tinha relação com a titulação da terra.

¹⁴ Luís de Marapicu. Entrevista concedida à Leonilde Servolo de Medeiros e Paulo Roberto Alentejano. [17/10/1997]. Rio de Janeiro: NMSP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

¹⁵ Mariela Conceição Rosa. Entrevista concedida à Leonilde Servolo de Medeiros. [1999]. Rio de Janeiro: NMSPP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

Conclusão

O presente trabalho coloca em pauta as lutas sociais e conflitos fundiários, com finalidades tanto urbanas como rurais, na Baixada Fluminense, durante o século XX, que ocorreram em contextos de grandes transformações socioeconômicas no Brasil, bem como a visibilidade que as lutas pelo terra e acesso de outros recursos produtivos tiveram durante os dois momentos históricos que marcam períodos de redemocratização do país.

Assim, no decorrer do século XX, os processos de industrialização, modernização e urbanização estiveram atrelados a uma forte tendência especulativa, e acabam por atingir também o meio rural, sendo o principal causador do êxodo rural. No caso da Baixada Fluminense não é muito diferente, levando em consideração que seu processo de urbanização – o qual teria relação direta com o início das lutas no campo fluminense – sempre esteve atrelado ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, o que desencadeou um processo de decadência da produção agrícola, ainda na primeira metade do século XX, em meados da década de 1940. Entretanto, aqui, esta ideia de decadência da produção agrícola na região Fluminense é relativizada, na medida em que não significa o fim por completo da produção agrícola, mas apenas o desinteresse de grandes proprietários pela região.

Levando em consideração esses acontecimentos, é possível destacar também a ocorrência de muitos conflitos entre lavradores de proprietários e pretensos proprietários – estes, denominados grileiros – em decorrência de ações de despejos, problema muito comum no campo fluminense, ainda em meados do século XX. É em meio a esse cenário de conflito que o Partido Comunista (PCB) e setores da Igreja Católica se aliam à luta do campesinato fluminense, com a organização da luta do campesinato tomando forma através de mecanismos

de resistência e com o debate sobre a reforma agrária voltando ao centro do debate político nacional. Tais lutas também levam ao surgimento de algumas das principais lideranças que atuaram nessa região, como José Pureza, Bráulio Rodrigues e Manoel Ferreira de Lima.

Contudo, o golpe militar de 1964 faz com que os principais atores sociais camponeses saiam de cena e leva a um recuo das lutas no campo. Além disso, a região passa por um processo de loteamento do latifúndio, que é fruto da intensificação de um modelo de desenvolvimento conservador e excludente nesse período.

A partir de 1978, com o início do processo de redemocratização do país, é que começam a eclodir a grande maioria das lutas camponesas, apresentando como motivação principal a situação socioeconômica dos trabalhadores nelas envolvidos, o que seria resultado da piora das condições de vida e da diminuição de ofertas de emprego ligados aos setores urbanos. É em função disso que ocorre uma grande incidência de ocupações de terra na Baixada Fluminense, muitas acontecendo como um retorno de áreas que foram ocupadas anteriormente e outras de novas áreas. Além disso, as ocupações tinham um caráter dúbio, na medida em que esse retorno ao meio rural, por parte de trabalhadores que há tempos teriam abandonado a lavoura e ingressado no meio urbano, não significava apenas uma vontade de viver do trabalho agrícola, mas de ter um espaço para moradia, como também de mesclar as duas realidades – urbana e rural.

Deste modo, as ocupações de terra que ocorrem no cenário da Baixada Fluminense, a partir do final da década de 1970, apesar da sua dualidade de significado, objetivos e proposições, acabaram por ter uma conotação muito mais de ocupação urbana do que rural, na medida em que para muitos fica evidente que uma maioria dos que delas participaram não tinham ambições voltadas para o cultivo e produção agrícola, permanecendo assim estas ocupações como uma expressão do desejo dessa maioria, refletindo no que essas áreas se tornaram ao longo dos anos, perdendo à sua conotação rural não perdurando a cultura da produção agrícola nessas regiões, salvo em alguns poucos casos.

Além disso, as ocupações das áreas de Nova Aurora e Parque Estoril, bem como Campo Alegre – caracterizada por ser uma das maiores ocupações de terra que já ocorreu no estado do Rio de Janeiro – conservam sua importância histórica na Baixada Fluminense. Elas abrem espaço para que os demais processos na região acabem por ter um caminho bem parecido, favorecendo muito mais uma ocupação propriamente para moradia do que para o cultivo e prática da agricultura, como ocorre, por exemplo, em áreas como Pedra Lisa,

Valença, Guandu, Campos Novos, Cabo Frio e Silva Jardim. Verifica-se também a incisiva sobreposição das vontades individuais sobrepostas às práticas coletivas de cultivo e produção agrícola presente nos processos de consolidação das ocupações na região da Baixada Fluminense, inaugurando uma nova configuração na dinâmica dos assentamentos na região.

Bibliografia

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.

AZEVEDO, Fernando Antonio. *Revisitando as Ligas Camponesas*. In: João Roberto Martins Filho. (Org.). *O Golpe de 1964 e o Regime Militar*. 2ª ed. São Carlos: Edufscar, v. 1, p. 27-38, 2014.

DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à Reforma Agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

_____. (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FORTES, Alexandre. *Razão e paixão na construção de uma historiografia engajada: uma homenagem a Erick J. Hobsbawm e E. P. Thompson*. Projeto História, São Paulo, n. 48, dez. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A ocupação como forma de acesso à terra. As Imagens e as vozes da despossessão: A luta pela terra e a cultura emergente do MST*. Vozes sem-terra, 2002.

GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. *Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense*. Revista Brasileira de Geografia, ano XVI, nº 3, p. 291-314, jul.-set. 1954.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense: Bráulio Rodrigues da Silva*. Mauad X: Rio de Janeiro; EDUR: Seropédica, RJ, 2008.

MENEZES, Heloísa Regina Guimarães de. *Reforma Agrária e identidade social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural-urbana*. 1991. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento Agrícola) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MONTEIRO, Linderval Augusto. *Retratos em movimento: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação: a atuação política da Igreja Católica por meio do Jornal A Folha (1974-1981)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social e das Relações Políticas) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ ES.

PEDROZA, Manoela. *Sanear, despejar, resistir: Revisitando o debate sobre a luta pela terra nos sertões cariocas e na baixada fluminense nas décadas de 1940 e 1960*. *Ruris*, Volume 4, número 2, Setembro/2010.

_____. *Outro olhar sobre a urbanização, expropriação e ação política nos sertões cariocas (rio de janeiro, 1950-1968)*. *Tempos Históricos*, Volume 16, p. 247 – 273, 2º Semestre de 2012.

PESTANA, Marco M. *A centralidade da obra de Thompson na rediscussão do populismo*. *Caminhos da História*, Vassouras, v. 7, Edição Especial, p. 131-140, 2011.

NOVICKI, Victor de Araújo. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987)*. 1992. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. *Recuperando o indivíduo no movimento dos sem-terra: o caso fluminense (1983-1987)*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 5, p. 58-72, nov. 1995.

SANTOS, Raimundo dos; COSTA, Flavio Luiz de Carvalho. *Camponeses e política no pré-64*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8, p.83-117. Abr. 1997.

SERAFIM, Adriana da Silva. *A missa da unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na diocese de Nova Iguaçu (1982)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LEITE, Sergio Pereira Leite. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. Rio de Janeiro: FINEP/UFRRJ/ CPDA, 2002.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Hernandez. *Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 1, p. 107 a 142, 2008.

SILVA, Gabriel do Nascimento. *Um atentado à paixão do povo: fé e política na evangelização da diocese de Nova Iguaçu nas décadas de 1960 e 1970*. 2014. Dissertação

(Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense*. Mesquita: Editora Entorno, 2011.

SÓTENOS, Abner Francisco. *O Movimento de Amigos de Bairro (MAB) no Rio de Janeiro: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980*. 2ª ed. São Paulo : Expressão Popular, 2012.

_____ (Org.). *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/ RJ (1956-1973)*. 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

WELCH, Clifford Andrew. *Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX*. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p. 60-75, set.2006.

VALVERDE, Orlando. et al. *Estudos para a recuperação econômica da Baixada Fluminense*. IBGE: Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 5, p. 83-122, 1952.

Entrevistas

Alexsandro Batista dos Santos. Entrevista concedida a Leonilde Servolo de Medeiros. [04/03/1998]. Rio de Janeiro: NMSP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

Geraldo Carlos Machado. Entrevista concedida a Leonilde Servolo de Medeiros. [02/03/1998]. Rio de Janeiro: NMSP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

João Bastos. Entrevista concedida à Leonilde Servolo de Medeiros e Paulo Roberto Alentejano. [1998]. Rio de Janeiro: NMSP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

Laerte Resende Bastos. Entrevista concedida a Victor de Araújo Novicki. [1989/90]. Rio de Janeiro: NMSPP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987).

Luís de Marapicu. Entrevista concedida à Leonilde Servolo de Medeiros e Paulo Roberto Alentejano. [17/10/1997]. Rio de Janeiro: NMSP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

Mariela Conceição Rosa. Entrevista concedida à Leonilde Servolo de Medeiros. [1999]. Rio de Janeiro: NMSPP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

Fontes impressas

Abertura Política: Dinâmica do sistema – Distensão Igreja-Estado – Estado: parcela da distensão total. Questões atuais. *A Folha*, 06 de outubro de 1974. Ano 2 – n°. Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.

Por que eles não ficam na sacristia celebrando suas missas? *A Folha*, 16 de janeiro de 1977. Ano 5 – n° 244. Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.